



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0016488-30.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **Bv Financeira Sa Crédito Financiamento e Investimento**
 Requerido: **Eduardo Cesar Venditti**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Vistos.

BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO ajuizou ação de busca e apreensão contra EDUARDO CESAR VENDITI, com fundamento no artigo 66 da Lei nº 4.728/65 e no Decreto Lei nº 911/69, visando a apreensão do bem descrito a fls. 02/04, que lhe foi alienado fiduciariamente em garantia. A petição inicial veio instruída com cópia do contrato e outros documentos a ele vinculados, além da certidão de protesto/notificação.

O réu foi citado e não contestou a ação (fls. 56 e 58). O bem alienado foi apreendido e depositado (fls. 57).

É o relatório.
 Fundamento e decido.

O pedido se acha devidamente instruído. Ademais, a revelia gera presunção de veracidade dos fatos alegados, por incidência da regra do artigo 319 do Código de Processo Civil.

Isto posto, com fundamento no artigo 66 da Lei nº 4.728/65 e no Decreto Lei nº 911/69, julgo procedente a ação, declarando rescindido o contrato, consolidando em mãos do autor o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem, cuja apreensão liminar torno definitiva, sendo facultada a venda pelo autor, na forma estabelecida no artigo 3º, § 5º, do Decreto Lei nº 911/69. Oficie-se à CIRETRAN, comunicando estar o autor autorizado a proceder a transferência a terceiros que indicar. Permaneçam nos autos os títulos exibidos.

Observe o autor o disposto no artigo 2º do Decreto Lei 911/69.
 Sem condenação do réu nas verbas sucumbenciais pois não houve efetiva resistência ao pedido.

P.R.I.C.

São Carlos, 02 de junho de 2014.

Daniel Felipe Scherer Borborema
 Juiz de Direito Auxiliar

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**